



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

19 de abril de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	(X) Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano (X) Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	Página 3 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

➤ SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

MPMA aciona ex-prefeito e empresas por obras inacabadas

Ação requer indisponibilidade de bens e quebras dos sigilos dos envolvidos

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no último dia 5 de abril, Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, e mais seis funcionários públicos do município, cinco empresários e duas empresas.

Os acionados estão sendo acusados por fraudes em licitação e enriquecimento ilícito na implementação de um convênio firmado entre o Município de São José de Ribamar e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Cidades, para execução de obras de pavimentação em bairros da cidade, no valor de R\$ 2.495.495,49.

Segundo a promotora de justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, titular da 1ª Promotoria de São José de Ribamar, as obras foram iniciadas em outubro de 2013, com prazo de conclusão previsto para 180 dias, e nunca foram concluídas.

De acordo com inquérito civil instaurado na Promotoria para apurar o caso, a empresa Agrocil venceu a licitação para realizar a obra. Após o pagamento da primeira parcela do contrato, em novembro de 2013, no valor de R\$ 705.396,40, a empresa foi notificada pelo ex-secretário de Obras de São José de Ribamar, André Franklin Dualibe da Costa, e a engenharia da prefeitura Rosilene Cantanhede para corrigir irregularidades na execução da obra, o que foi ignorado.

Diante da omissão da Agrocil, e, com a constatação do abandono da obra, a engenheira Rosilene Cantanhede e a assessoria jurídica da Prefeitura de São

José de Ribamar emitem em maio de 2014 parecer em favor do distrato. Com base nos pareceres, o ex-secretário André Franklin Dualibe resolveu rescindir unilateralmente o contrato, sem, contudo, aplicar qualquer penalidade ou executar a garantia contratual, como previa o próprio contrato e a Lei das Licitações.

"Apesar dos mecanismos legais à disposição, os acionados Gilliano Cutrim e André Franklin Dualibe não realizaram qualquer ação efetiva para preservar o bem que administravam em nome do povo", comenta a promotora Elisabeth Albuquerque, na ação.

Além disso, a segunda colocada na licitação (a Central Engenharia de Construções) não poderia nem ter sido inscrita, já que pertence aos mesmos proprietários da Agrocil - os acionados José Lauro de Castro Moura e Filipe Marinho Moura.

Para o Ministério Público, a Comissão Permanente de Licitação foi negligente por ter licitado obras com propostas de empresas do mesmo grupo econômico e não ter observado que a Central Engenharia já tinha sido acionada na Justiça Federal por participação em esquema de corrupção que desviou recursos públicos de prefeituras maranhenses. Neste episódio, o empresário José Lauro de Castro Moura chegou a ser preso na Operação Rapina deflagrada pela Polícia Federal. "As duas empresas simularam concorrência, vez que conheciam a proposta de preço uma da outra, não disputavam nada entre si

e já sabiam, de antemão, quem seria a vencedora", observou a representante do Ministério Público.

OUTRA LICITAÇÃO

Na tentativa de concluir a obra inacabada, a Prefeitura de São José de Ribamar realizou em 2014 uma nova licitação no valor de R\$ 1.736.039,00. Saiu vencedora a empresa Sangar Construções, de propriedade dos acionados Maria Helena da Silva Moreira e Marcelo Paixão Vilas Boas.

Conforme análise da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, houve, novamente, várias irregularidades no processo licitatório, como a violação ao princípio da publicidade; o desrespeito ao prazo de 30 dias entre a divulgação da licitação e a realização do processo.

Foi constatada ainda pela Promotoria de São José de Ribamar a imprecisão na descrição da obra. No memorial descritivo e projeto, constam apenas a quantidade de metros quadrados a serem pavimentados e recapeados e os logradouros, sem demonstrar com exatidão os trechos que receberiam a pavimentação asfáltica.

"Conclui-se, dessa forma, que o se tem uma simulação de licitação e orçamentos montados, requeridos para dar um aspecto de licitude às irregularidades que já vinham sendo praticadas", destaca o teor da Ação Civil Pública.

Uma inspeção da Promotoria de São José de Ribamar nos bairros que seriam beneficiados pelo convênio constatou que a obra foi completamente abandonada; muitas ruas

dos bairros não têm nenhuma pavimentação; e em algumas localidades depósitos de moradores informam que os serviços sequer foram iniciados.

Apesar da obra inacabada, a empresa recebeu da Prefeitura o valor de R\$ 1.724.156,22.

PEDIDOS

Diante das irregularidades, o Ministério Público solicitou, entre outras medidas, a concessão de liminares para a decretação da indisponibilidade dos bens e da quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos. O objetivo das medidas é viabilizar a reparação do dano causado ao erário, que atualizado importa na quantia de R\$ 3.545.951,13.

Também foi solicitada a aplicação das penas previstas no artigo 12 da lei nº 8.249/92, que trata da improbidade administrativa.

ACIONADOS

Além do ex-prefeito Gil Cutrim, são alvo da Ação Civil: os funcionários públicos André Franklin Dualibe da Costa (ex-secretário municipal de Obras), Marcelo Guimarães Boucinhas, Giselle Chaves Baluz, Rosilene Cantanhede, Freud Norton Moreira dos Santos (ex-presidente da Comissão Central de Licitação do município), Cláudia Regina Furtado; os empresários José Lauro de Castro Moura, Filipe Marinho Moura, Rafaela Marinho Moura, Maria Helena da Silva Moreira, Marcelo Paixão Vilas Boas; e as empresas Agrocil - Agronegócios e Construções Ltda e Sangar Construções Ltda.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
DATA 19 / 04 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São José de Ribamar

MPMA aciona ex-prefeito e empresas por obras inacabadas

Ação requer indisponibilidade de bens e quebras dos sigilos dos envolvidos

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no último dia 5 de abril, Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, e mais seis funcionários públicos do município, cinco empresários e duas empresas.

Os acionados estão sendo acusados por fraudes em licitação e enriquecimento ilícito na implementação de um convênio firmado entre o Município de São José de Ribamar e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Cidades, para execução de obras de pavimentação em bairros da cidade, no valor de R\$ 2.495.495,49.

Segundo a promotora de justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, titular da 1ª Promotoria de São José de Ribamar, as obras foram iniciadas em outubro de 2013, com prazo de conclusão previsto para 180 dias, e nunca foram concluídas.

De acordo com inquérito civil, instaurado na Promotoria para apurar o caso, a empresa Agrocil venceu a licitação para realizar a obra. Após o pagamento da primeira parcela do contrato, em novembro de 2013, no valor de R\$ 705.396,40, a empresa foi notificada pelo ex-secretário de Obras de São José de Ribamar, André Franklin Duailibe da Costa, e a engenharia da prefeitura Rosilene Cantanhede para corrigir irregularidades na execução da obra, o que foi ignorado.

Diante da omissão da Agrocil, e, com a constatação do abandono da obra, a engenheira Rosilene Cantanhede e a assessoria jurídica da Prefeitura de São José de Ribamar emitem em maio de 2014 parecer em favor do distrato. Com base nos pareceres, o ex-secretário André Franklin Duailibe resolveu rescindir unilateralmente o contrato, sem, contudo, aplicar qualquer penalidade ou executar

a garantia contratual, como previa o próprio contrato e a Lei das Licitações.

"Apesar dos mecanismos legais à disposição, os acionados Gilliano Cutrim e André Franklin Duailibe não realizaram qualquer ação efetiva para preservar o bem que administravam em nome do povo", comentou a promotora Elisabeth Albuquerque, na ação.

Além disso, a segunda colocada na licitação (a Central Engenharia de Construções) não poderia nem ter sido inscrita, já que pertence aos mesmos proprietários da Agrocil - os acionados José Lauro de Castro Moura e Filipe Marinho Moura.

Para o Ministério Público, a Comissão Permanente de Licitação foi negligente por ter licitado obras com propostas de empresas do mesmo grupo econômico e não ter observado que a Central Engenharia já tinha sido acionada na Justiça Federal por participação em esquema de corrupção que desviou recursos públicos de prefeituras maranhenses. Neste episódio, o empresário José Lauro de Castro Moura chegou a ser preso na Operação Rapina deflagrada pela Polícia Federal. "As duas empresas simularam concorrência, vez que conheciam a proposta de preço uma da outra, não disputavam nada entre si e já sabiam, de antemão, quem seria a vencedora", observou a representante do Ministério Público.

OUTRA LICITAÇÃO

Na tentativa de concluir a obra inacabada, a Prefeitura de São José de Ribamar realizou em 2014 uma nova licitação no valor de R\$ 1.736.039,00. Saiu vencedora a empresa Sangar Construções, de propriedade dos acionados Maria Helena da Silva Moreira e Marcelo Paixão Vilas Boas. Conforme análise da Assessoria



O ex-prefeito deverá devolver mais de R\$ 3 milhões aos cofres públicos, conforme pedido do MP

Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, houve, novamente, várias irregularidades no processo licitatório, como a violação ao princípio da publicidade; o desrespeito ao prazo de 30 dias entre a divulgação da licitação e a realização do processo.

Foi constatada ainda pela Promotoria de São José de Ribamar a imprecisão na descrição da obra. No memorial descritivo e projeto, constam apenas a quantidade de metros quadrados a serem pavimentados e recapeados e os logradouros, sem demonstrar com exatidão os trechos que receberiam a pavimentação asfáltica.

"Conclui-se, dessa forma, que o se tem uma simulação de licitação e orçamentos montados, requeridos para dar um aspecto de licitude às irregularidades que já vinham sendo praticadas", destaca o teor da Ação Civil Pública.

Uma inspeção da Promotoria de São José de Ribamar nos bairros que seriam beneficiados pelo convênio constatou que a obra foi completamente abandonada; muitas ruas dos bairros não têm nenhuma pavimentação; e em algumas localidades depoimentos de moradores informam que os serviços sequer foram iniciados. Apesar da obra inacabada, a empresa recebeu da Prefeitura o valor de R\$ 1.724.156,22.

PEDIDOS

Diante das irregularidades, o Ministério Público solicitou, entre outras medidas, a concessão de liminares para a decretação da indisponibilidade dos bens e da quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos. O objetivo das medidas é viabilizar a reparação do dano causado ao erário, que atualizado importa na quantia de R\$ 3.545.951,13.

Também foi solicitada a aplicação das penas previstas no artigo 12 da lei nº 8.249/92, que trata da improbidade administrativa.

ACIONADOS

Além do ex-prefeito Gil Cutrim, são alvo da Ação Civil: os funcionários públicos André Franklin Duailibe da Costa (ex-secretário municipal de Obras), Marcelo Guimarães Boucinhas, Gissele Chaves Baluz, Rosilene Cantanhede, Freud Norton Moreira dos Santos (ex-presidente da Comissão Central de Licitação do município), Cláudia Regina Furtado; os empresários José Lauro de Castro Moura, Filipe Marinho Moura, Rafaela Marinho Moura, Maria Helena da Silva Moreira, Marcelo Paixão Vilas Boas; e as empresas Agrocil - Agronegócios e Construções Ltda e Sangar Construções Ltda.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	(*) Outros ATOS, FATOS
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19/04/2017	Página 2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Procurador Eduardo Nicolau toma posse como corregedor-geral do MPMA

O procurador de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau tomou posse, na segunda-feira (17), como novo corregedor-geral do Ministério Público do Estado do Maranhão. Na ocasião, Nicolau afirmou que a confiança depositada pelo Colégio de Procuradores aumenta a sua responsabilidade e o fará mais atento na busca por um Ministério Público mais humano, mais social e mais comprometido com os interesses de quem, por falta de direitos sociais, clama por quem o proteja.

“Esse é o nosso papel: ouvir e agir. E é essa a marca que quero imprimir à gestão da Corregedoria do Ministério Público nesses dois anos”, afirmou o corregedor-geral do MPMA.

Presente, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura da sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA.

Anildes Cruz desejou sucesso ao novo corregedor-geral do MPMA, que tem quase 37 anos de atuação no Ministério Público do Maranhão, e assume o cargo para o biênio 2017-2019. Nicolau foi eleito pelo Colégio



Procurador Eduardo Nicolau toma posse como corregedor-geral do MPMA

de Procuradores no último dia 5, quando concorreu com o também procurador de justiça Carlos Jorge Avelar Silva.

Após o juramento do novo corregedor-geral, foi feita a leitura do termo de posse, pela procuradora de justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, e a assinatura do termo pelo empossado e pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles, que deixava o cargo de corregedor-

geral do MPMA após o seu quarto mandato, falou sobre os seus quatro anos à frente da Corregedoria, elencando avanços como o Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Maranhão e o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014, que regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Colégio de Procuradores de Justiça, uniformizando nomenclaturas e prazos de tramitação de demandas submetidas ao MPMA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	19 / 04 / 2017	Página	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

MP aciona prefeitura por falta de merenda

Devido à falta de merenda escolar nas escolas de São Luís Gonzaga do Maranhão, o Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública contra o Município, requerendo a imediata regularização do fornecimento de alimento aos estudantes da rede pública local.

Após denúncia de moradores, a equipe da Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga do Maranhão realizou vistoria nas

escolas Luís Rocha, Anne Emanuelle e Tio Patinhas, constatando que em seus depósitos não havia qualquer alimento, apesar de as unidades estarem em funcionamento.

Foi atestado também que, em 2017, não houve fornecimento de merenda escolar na rede municipal. Além disso, os diretores informaram que não há previsão de solução do problema.

O MP constatou ainda que a

Prefeitura recebeu regularmente os recursos para a garantia da merenda escolar, no valor de R\$ 57.276,60. O montante foi encaminhado às contas do Município, no dia 3 de março, ou seja, antes do início do ano letivo.

“Os fatos são por demais graves, pois levam as crianças e adolescentes do município a não ter uma educação de qualidade, por falta de um item que se torna essencial ao desenvol-

vimento de uma sociedade carente”, afirmou a promotora de Justiça Linda Luz Carvalho, na ação.

A Promotoria solicitou, como tutela antecipada de urgência, o completo fornecimento da merenda escolar, no prazo de cinco dias, aos alunos das escolas das zonas urbana e rural do Município. Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 5 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 1	

**MPMA aciona
ex-prefeito
de Ribamar
e empresas
por obras
inacabadas**

PÁGINA 3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA requer fornecimento de merenda escolar

SÃO LUÍS GONZAGA -

Devido à falta de merenda escolar nas escolas de São Luís Gonzaga do Maranhão, o Ministério Público do Maranhão (MP) propôs, em 30 de março, Ação Civil Pública contra o referido Município, requerendo a imediata regularização do fornecimento de alimento aos estudantes da rede pública local.

Íntegra em oestadoma.com/426780

Programa Família Acolhedora é defendido na Câmara

ARAIOSSES - A titular da 2ª

Promotoria de Justiça da Comarca de Araioses, Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas, defendeu na Câmara de Vereadores a aprovação do projeto de lei que implementa o Programa da Família Acolhedora no município. Ela afirmou que o programa traz uma modalidade mais humana de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco.

Íntegra em oestadoma.com/426781



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 3	

Contador preso

A Polícia Civil cumpriu, ontem (18), mandado de busca e apreensão na casa do ex-contador da prefeitura de Porto Franco, Ricardo Abreu da Silva, localizada no bairro Vila Nova, em Imperatriz. O contador foi preso em flagrante delito por ocultação de documentos públicos. No local, foram apreendidos documentos, computadores e impressoras referentes à administração anterior, de Aderson Marinho Filho (PDT). Segundo a polícia, Ricardo estava escondendo documentos importantes para a atual gestão de Porto Franco, de Nelson Fonseca (PSD).

Sem merenda

O prefeito de São Luís Gonzaga do Maranhão, Francisco Pedreira Martins Júnior (PDT), terá de responder a uma Ação Civil do MP por falta de merenda nas escolas do município. O MP constatou o problema ao visitar as escolas Luís Rocha, Anne Emanuelle e Tio Patinhas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	Página 5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Grande São Luís

Prefeito Luis Fernando participa de homologação que estabelece limites

O prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando, acompanhado do vice-prefeito, Eudes Sampaio, participou nesta terça-feira (18) da homologação do Termo de Ajuste de Limites para definição dos marcos territoriais dos quatro municípios da ilha de São Luís. A audiência ocorreu na sede da 5ª Vara da Justiça Federal e foi presidida pelo juiz federal, José Carlos Madeira e pela procuradora da república, Thayná Freire de Oliveira.

Durante a audiência o juiz José Carlos Madeira, realizou apresentação das fases do processo, iniciado em janeiro deste ano, envolvendo os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Na ocasião, foi estabelecido e realizado estudo técnico para definição dos marcos territoriais dos respectivos municípios, o que resultou na elaboração do termo de ajuste de limite feito com base no levantamento coordenado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos



Wanderson Silva

Prefeito Luis Fernando participa da cerimônia de homologação dos limites da Grande São Luís

(Imesc), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Fizemos reuniões onde foram acordadas fases para que hoje chegássemos a homologação. Estamos vivendo um momento histórico, onde ajustamos não apenas limites, mas corrigimos distorções que dificultavam e muito o acesso da população à serviços essenciais, com o acordo feito entre os municípios, agora todos poderão trabalhar para atender as necessidades dos

seus respectivos municípios”, observou o juiz. O estudo técnico feito pelo Imesc e legitimado pelo IBGE vai servir de base inclusive para definição do quantitativo da população, o que para o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra, também corrigirá distorções de ordem orçamentária no município. “A homologação é resultado de uma grande preocupação levantada por todos os municípios, encabeçada pelo

prefeito Luis Fernando, - a quem agradeço o empenho, -, pois existia a demanda por redefinição de limites e divisas municipais, e hoje chegamos a um acordo que beneficiará diretamente a população luminense”, comentou. Para o prefeito Luis Fernando, o resultado foi o mais positivo possível, uma vez que todos ganham na adequação dos limites. “Tínhamos a necessidade de encontrar soluções para a definição dos limites entre os quatro municípios, observando que São José de Ribamar já havia definido limites em relação a capital, porém faltava chegar a um consenso entre as demais linhas operacionais. E foi exatamente isso que ocorreu, mas levando principalmente em consideração as necessidades da população de todas as cidades”, finalizou. Agora homologado, o documento segue para apreciação da Assembleia Legislativa e conhecimento do governo do Estado, Imesc e IBGE que dará prosseguimento ao processo de estimativa da população dos respectivos municípios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19/ 04 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Escolas reformadas e construídas

Governo entregará, ainda nesta semana, mais quatro unidades escolares nos municípios de Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa e Buriticupu

FOTO: ASCOMPREFEITURA

Em continuidade ao cronograma de entrega de prédios escolares construídos, reformados e revitalizados, o governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), entregará nesta semana mais quatro unidades escolares nos municípios de Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa e Buriticupu.

No município de Jenipapo dos Vieiras, será entregue, na quinta-feira (20), o Centro de Ensino Professor Galeno Edgar Brandes - Anexo III. A escola é dotada de seis salas de aula, secretaria, sala de professor, biblioteca, laboratório de informática, entre outros espaços. O investimento no valor de R\$ 843.195,30, recursos oriundos do governo federal/FNDE e Tesouro Estadual, vai beneficiar a mais de 700 alunos do ensino médio.

No município de João Lisboa (bairro mutirão), na sexta-feira (21), será entregue o Centro de Ensino Rio Amazonas - Anexo I, uma das tantas escolas que estavam inacabadas e agora estão sendo concluídas e entregues para as respectivas comunidades escolares. A escola possui seis salas de aula, secretaria, sala de professor, biblioteca, laboratório de informática, entre outros espaços. Um investimento de R\$ 919.685,58 com recursos do Tesouro Estadual e governo federal, a escola vai atender 700 alunos.

Em Buriticupu, serão entregues, também na sexta-feira (21), duas escolas construídas por meio do Programa Escola Digna. A primeira é a Escola Municipal Cikelan-



Os novos prédios, que serão entregues totalmente mobiliados, substituem antigas estruturas de taipa e palha

dia, no Assentamento de Cikelândia, beneficiando a 76 alunos. A segunda será a 'Escola Municipal Amaro Alves',

no Assentamento Vila Parafuso, que beneficiará 74 alunos oriundos de 40 famílias da comunidade.

MAIOR INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Nos últimos dois anos o governo do Maranhão investiu mais de R\$ 800 milhões em todo o programa de reestruturação da educação no estado. Entre as melhorias, estão as reformas e manutenção de prédios escolares, a ampliação da rede de escolas de educação em tempo integral, a construção de escolas dignas e a valorização dos professores.

Até o fim desse semestre, o governo chegará a marca de 574 prédios escolares reformados e revitalizados em dois anos, beneficiando mais de 300 mil estudantes em 199 municípios. Além disso, até o fim deste ano serão entregues 100 escolas dignas em 81 municípios atendendo a mais de 1.000 alunos.

RECORDE DE ENTREGAS

Com estas novas escolas a serem inauguradas, o governo do Maranhão chega a marca histórica de 24 escolas, entre reformadas e construídas, entregues à comunidade escolar, em menos de dois meses. São benefícios que chegam a mais 6,5 mil alunos da educação infantil ao ensino médio, em 21 municípios de diferentes regiões do estado.

Substituição

Os novos prédios, que serão entregues totalmente mobiliados, substituem antigas estruturas de taipa e palha, onde as crianças não tinham as mínimas condições para um bom estudo. Cada uma das escolas tem duas salas de aula, sala de professor, secretaria, banheiros adaptados, espaços para hortas escolares e demais espaços necessários para o bom funcionamento do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a Secretaria de Estado da Saúde (Sedes), em cada uma das escolas a serem inauguradas em Buriticupu, foi construído um poço artesiano e instalada rede de distribuição de água para todas as casas da comunidade onde a escola está inserida. O investimento para a construção destas duas escolas foi na ordem de R\$ 776 mil.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017 Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Estudantes lotam postos de venda de passes escolares para ter direito à meia-passagem

LUCIENE VIEIRA

Desde a quinta-feira da semana passada (13), o sistema de recarga de passagens está fora do ar, causando transtornos para estudantes, que utilizam a meia-passagem, e para profissionais que ficaram impossibilitados de obter os créditos de vale-transporte. No primeiro caso, enquanto o problema não é resolvido, desde a tarde de segunda-feira (17), a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) adotou a venda de passes escolares, como alternativa. E, para garantir o direito da meia-passagem, na manhã de ontem (18), os estudantes formavam longas filas nos terminais de integração da capital, fazendo com que os postos de venda ficassem lotados. A venda dos passes, que saíram de circulação com a adoção da recarga eletrônica, em 2007,

começou às 16h de segunda-feira (17), nos terminais de integração, além da Central de Atendimento ao Estudante, no Monte Castelo. Na manhã de ontem, o **Jornal Pequeno** esteve nos terminais Cohama e Praia Grande e acompanhou a movimentação nos postos das vendas do bilhete de papel. No terminal da Praia Grande, localizado na Avenida Beira-Mar, Wallace David Melônio, de 20 anos, estudante de Ciência da Computação na Universidade Federal do Maranhão (Ufma), enquanto enfrentava fila para ser atendido, e no guichê fazer a compra do passe, reclamou da solução emergencial adotada pelo poder público. "Para quem está acostumado a pagar a metade do valor de uma passagem e utilizar o bilhete único, está tendo que pagar duas meias passagens com os passes, o que não deixa de ser um abuso. E, para quem é usuário do bilhete único, utilizando o vale-transporte, a situação ainda é pior, pois esses estão sendo submetidos a pagar duas tarifas (com dinheiro) durante o trajeto ao destino, ou, para economizar, terão que se submeter ao uso dos terminais de integração", opinou o universitário.

Ao JP, Wallace David informou ser integrante do Diretório Central Estudantil (DCE) de Ufma, e que na tarde de ontem, o DCE faria um ato na área de Vivência da



Na manhã de ontem, a fila estava bem extensa na Central de Atendimento ao Estudante, no Monte Castelo

universidade sobre o assunto. "O ato tem o intuito de expressar insatisfação e discutirmos no meio acadêmico sobre as falhas no sistema de recarga de passagens em São Luís", complementou o usuário da meia-tarifa, que disse morar na Vila Embratel.

Sobre a comercialização de passes, uma das mais evidentes reclamações foi a regra estabelecida pela SMTT de vender até dez passes por dia, a cada usuário. E, segundo quem estava no ponto de venda do Terminal da Praia Grande, na manhã de ontem, os funcionários estariam condicionando a venda ao pagamento diante da não necessidade de troco. "Só está comprando uma cartela de dez passes de R\$ 2,90, por exemplo, quem tiver os R\$ 14,50 trocados, o que é um absurdo", reclamou a estudante Dolores Mendes. Outra usuária saiu do ponto de venda do terminal esbravejando por ter deixado no guichê de atendimento cerca de R\$ 0,50. "Ficaram com meu troco, eu precisava comprar os passes e fui submetida a isso", disse em voz alta a usuária do transporte público ao sair rapidamente do ponto de venda.

Ainda no Terminal da Praia Grande, a equipe do JP acompanhou o clima de revolta e preocupação também de quem não conseguia

recarregar seus cartões de vale-transporte. "Vim comprar os passes da minha filha, mas estou inconformada em ter que pagar as minhas passagens com dinheiro, devido não terem dado uma solução emergencial para quem paga a preço integral do coletivo", lamentou Ivonete Santos Corrêa. O motorista Valdir Moraes, de 50 anos, disse que esse problema causa muito prejuízo. "Sem dúvida, essa situação, além de trazer um grande prejuízo para nossos bolsos, também nos traz um grande constrangimento. Imagine você chegar aqui e essas máquinas não estarem funcionando. Pior ainda é que quem não tem um dinheiro de reserva acaba prejudicado mesmo", disse.

Na Central do Estudante, localizada na Avenida Getúlio Vargas, bairro do Monte Castelo, a fila também estava gigantesca. O estudante Denilson Oliveira Coimbra reclamou do suposto tempo que esperaria para ser atendido. "Eu estudo pela tarde no Centro de Ensino São Cristóvão, me desespero só de imaginar em passar a manhã inteira na fila para garantir a compra dos passes, e com isso, perder as aulas, ou chegar atrasado à escola", afirmou. Mais fila e lotação no ponto de venda de passagens do Terminal da Cohama, onde um número considerado de pessoas

aguardava a sua vez de comprar o passe, tendo algumas de esperar até do lado de fora das salas com os guichês. "Passei muito tempo na fila, mas consegui comprar os passes para minha filha. Me venderam apenas dez unidades, mas disseram que o sistema não demorará a ser restabelecido. Se for verdade, e minha filha ainda não tiver utilizado todos os passes, o atendente disse que ela pode usá-los que até acabar com eles", contou João Figueiredo.

OUTRO LADO

Em nota, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) reiterou possuir equipe técnica trabalhando para restabelecer o funcionamento do sistema de recarga com a maior brevidade possível. O órgão, ainda conforme a nota, ressaltou que, para garantir o direito da meia-passagem aos estudantes da capital, realiza a venda de passes escolares, nos terminais de integração e na Central de Atendimento ao Estudante, no Monte Castelo, das 8h às 20h.

A SMTT informou que cada estudante poderá adquirir somente o total de dez passes, pois esta é uma medida emergencial; e que essa é uma forma de evitar o acúmulo de passes em posse do aluno. Por fim, a SMTT comunicou que os passes poderão ser utilizados normalmente após o sistema ser normalizado.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	Página 2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Escola sem aulas causa transtornos a alunos

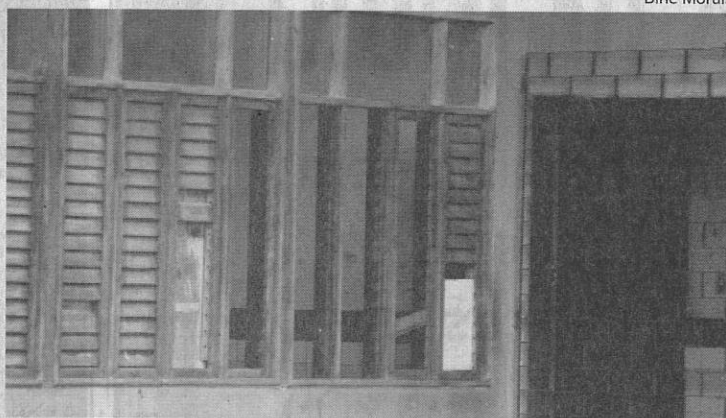
A UEB Rosália Freire, na Vila Isabel, passaria por uma reforma que nunca começou e desde o início do ano está de portas fechadas

Alunos da Unidade de Educação Básica (UEB) Rosália Freire, localizada na Vila Isabel, em São Luís, estão sem estudar desde o início do ano e não sabem quando vão poder voltar às aulas. Desde o início do período letivo, a escola não abriu as portas por causa de uma reforma que seria feita no prédio e que, até o momento, não começou.

Insatisfeitos com o estado da escola e principalmente com a situação dos filhos, por diversas vezes os pais dos estudantes procuraram a direção da unidade em busca de providências para o problema, mas nunca tiveram uma resposta convincente. Eles já entraram em contato com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), mas também não obtiveram um posicionamento.

Indignação

Os pais prometem realizar uma manifestação para chamar a atenção da sociedade para o problema da escola. Eles não descartam a possibilidade do protesto ser na Avenida dos Portugueses, já que a escola está localizada às margens da



Biné Moraes

Escola na Vila Isabel está fechada e tem problemas de infraestrutura

via. “Os alunos estão sem estudar há muito tempo e o tempo todo há um novo adiamento”, reclamou a líder comunitária Marcelina Soares Lindoso.

Com medo dos filhos serem ainda mais prejudicados com a falta de aula na escola, os pais estão tomando atitudes para contornar o problema, como transferir suas crianças para outras unidades de ensino que estão funcionando.

É o que vai fazer a dona de casa Joana Lima, moradora do bairro Cidade Nova, nas proximidades do Gapa. Ela afirmou que ainda ontem

à tarde iria à UEB João do Vale para matricular a filha, que estudava na UEB Rosália Freire. “As aulas eram para começar na segunda-feira, mas não começaram. É um constrangimento, pois as crianças estão há mais de dois meses sem estudar”, destacou.

Por uma situação ainda mais complicada passa o pedreiro Jailton Santos Silva. Ele afirmou que semana passada teve de mandar o seu filho para o município de Olho d'Água das Cunhãs (distante aproximadamente 300 km de São Luís), onde mora parte da família, para

que conclua os estudos. Ele afirmou ainda que vai se mudar para a cidade nos próximos dias. “A escola está precária, com fiação elétrica exposta e com portas, janelas e banheiros quebrados. Não adianta ficar aqui também se nas outras escolas não têm vagas”, disse.

Ausência

De acordo com Elisabeth Castelo Branco, presidente do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação), não apenas a UEB Rosália Freire está sem funcionar, mas várias outras na cidade, causando prejuízos para os alunos.

“A Prefeitura não está tendo a preocupação com as escolas e as crianças. Os pais não querem esperar e trocam os filhos de escola. Eu me pergunto o que é que vai ser dessas crianças e para onde elas estão indo”, questionou a líder sindical.

Por meio de nota, a Semed informou que a UEB Rosália Freitas já recebeu visita técnica da equipe de engenharia, que realizou um levantamento das necessidades estruturais do prédio. A secretaria esclareceu também que a requalificação deve ter início o mais breve possível.

Sobre o calendário escolar, a Semed comunicou que as aulas serão repostas em diálogo com a comunidade escolar para que todo o calendário seja cumprido. Por fim, a secretaria disse que as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) funcionarão normalmente. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CADERNO 2	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 04 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Maranhão foi 2º estado com mais assassinatos no campo em 2016

Relatório anual sobre a violência no campo, divulgado ontem pela Comissão Pastoral da Terra, registra 13 mortes no campo, no Maranhão, no ano passado; estado só teve menos homicídios no campo do que Rondônia, onde 21 pessoas foram assassinadas em 2016

OSWALDO VIVIANI

Um relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado ontem (18), mostra que o Maranhão foi o segundo estado com mais assassinatos no campo em 2016. No total, foram 13 homicídios – 9 índios (dos quais 4 eram lideranças), 2 lideranças camponesas, um quilombola e um posseiro. O Maranhão só teve menos assassinatos no campo do que Rondônia, onde os conflitos por terra deixaram 21 mortos em 2016. Em 2017, um assassinato no campo já foi registrado no Maranhão. O líder quilombola Raimundo Silva, de 57 anos, conhecido como “Umbico”, morador do quilombo Charco, em São Vicente Ferrer, foi morto com um tiro de espingarda, pelas costas, no último dia 12. A polícia ainda investiga o caso. No país, a violência no campo foi recorde em 2016, segundo a CPT. No ano, foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo. Isso equivale a uma média de cinco assassinatos por mês. Nos últimos 25 anos o número de assassinatos só foi maior em 2003, quando foram registrados 73 assassinatos. Em relação a 2015, quando ocorreram 50 mortes no campo (11 a menos), houve um crescimento de 22% em 2016.

Além do Maranhão e Rondônia, outros 13 estados tiveram assassinatos no campo no ano passado: Pará (6 mortes), Bahia (4), Tocantins (3), Alagoas (2), Mato Grosso (2), Paraná (2), Amazonas (2), Mato Grosso do Sul (1), Paraíba (1), Pernambuco (1), Roraima (1), Rio de Janeiro (1) e Rio Grande do Sul (1). A Amazônia Legal, que compreende toda a região Norte mais partes do Maranhão e Mato Grosso, concentrou, em 2016, 79% dos assassinatos no campo.

MARANHÃO

Os assassinatos em conflitos no campo maranhense, em 2016, aconteceram nos municípios de Amarante do Maranhão (6 casos), Grajaú (3), Santo Amaro do Maranhão (1), Miranda do Norte (1), Palmeirândia (1) e Viana (1).

AMARANTE DO MARANHÃO

1 Roni dos Santos Miranda, 27 anos, sindicalista. Assassinado a tiros em 01/02/2016 por dois homens não identificados. “Roni atuava na luta por uma sociedade justa, com prevalência dos direitos e o acesso à terra”, descreve a CPT.

2 Aponuyre Guajajara, 16 anos (assassinado em 26/03/2016)

3 Genésio Guajajara, 30 anos (11/04/2016)



Conflitos entre índios e madeireiros deixaram 9 indígenas mortos no ano passado no Maranhão

4 Isaias Guajajara, 32 anos (19/04/2016)
5 Assis Guajajara, 43 anos, liderança (22/04/2016)

Aponuyre, Genésio, Isaias e Assis foram “assassinados no contexto da resistência indígena contra a ação de madeireiros na Terra Indígena Arariboia”, relata a CPT.

Os guajajaras criaram, em 2008, um grupo de proteção da área, conhecido como “o Grupo dos Guardiões”, que fazia a fiscalização de seu território buscando coibir as invasões e a extração ilegal de madeira. A atuação dos “Guardiões” incomodou grupos econômicos poderosos na região, que, tendo a extração ilegal de madeira dificultada, passaram a agir com represálias contra os indígenas.

6 Candide Zarakay Teneteher, 22 anos, índio. Morreu por atropelamento. Um caminhão carregado de madeira o atingiu estando o indígena parado sobre a moto e fora da rota do caminhão. O motorista fugiu do local sem prestar socorro. “Os índios da TI Arariboia

entendem o atropelamento como crime em represália às ações que fazem em seu território, contra a invasão de madeireiros ilegais”, diz a CPT.

GRAJAÚ

7 José Dias de Oliveira Lopes Guajajara, liderança indígena. Assassinado em 12/11/2016. O corpo só foi encontrado dia 21/11/2016, no rio Mearim, com sinais de espancamento e mutilação. Os indígenas acreditam que o homicídio se deve a um antigo conflito pela disputa de uma faixa de terra dentro da TI Bacurizinho.

8 José Queirós Guajajara, 45 anos, liderança indígena. Atuava em defesa do território indígena Guajajara, contra a retirada ilegal de madeira. Foi encontrado morto, em 23/09/2016, em um açude perto da Aldeia Nova, na TI Canabrava, numa área em disputa com um fazendeiro. Este havia instalado rede elétrica no açude.

9 José Colírio Oliveira Guajajara, liderança Indígena. Assassinado a tiros, na frente da família, em 26/11/2016.

Crime com característica de pistolagem. Era a principal liderança da aldeia Travessia (TI Canabrava) contra a ação de invasores no local.

MIRANDA DO NORTE

10 Francisca das Chagas Silva, sindicalista, quilombola Encontrada morta em uma poça de lama, na Comunidade Quilombola Joaquim Maria, em 02/02/2016. O corpo estava na, com sinais de estupro, estrangulamento e perfurações. Segundo a CPT, entidades e movimentos sociais do campo reconheceram que Francisca foi morta por sua luta por uma vida mais digna para os trabalhadores do campo.

PALMEIRÂNDIA

11 “Ze Sapo”, apelido do quilombola assassinado no Quilombo Cruzeiro Triângulo, em 31/03/2016. A região é uma área de conflito por terra que se arraste há mais de sete anos. Conforme a CPT, “as famílias quilombolas que lutam pelo seu território têm sofrido atos de violência física e psicológica

praticados por fazendeiros, pistoleiros vereadores, policiais civis e militares”

SANTO AMARO DO MARANHÃO

12 José Lisboa, o “Zezinho Lisboa”, posseiro, assassinado em 19/07/2016, crime, segundo a CPT, está relacionado à luta das famílias do povoado Baixa Funda pela regularização de suas posses tradicionalmente ocupadas. “Há muitos anos, as famílias reivindicam a regularização da área ao Iterna, pois grileiros que atuam na região limitam o exercício de posse das mesmas, proibindo as famílias de cultivar suas roças no local.”

VIANA

13 Fernando Gamela, 22 anos, indígena assassinado em 07/04/2016, no Centro do Antero. Relata a CPT que o crime está relacionado à luta do povo Gamela de Taquaritiua pelo reconhecimento e defesa de seu território na Baixada Maranhense, contra a invasão de madeireiros interessados na exploração dos territórios tradicionais indígenas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mais mulheres têm sido encorajadas a denunciar violência

Este ano, quase mil boletins de ocorrência foram registrados na Delegacia da Mulher, e os casos de abusos têm ganhado repercussão na mídia

De janeiro a março deste ano, 965 mulheres registraram boletim de ocorrência na Delegacia Especializada da Mulher (DEM). Os casos de violência contra a mulher estão ganhando cada vez mais repercussão na mídia. Em São Luís, recentemente vários protestos aconteceram na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) após o estupro de duas estudantes em um intervalo de apenas quatro dias. Segundo a coordenadora das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher do Maranhão, a delegada Kazumi Tanaka, mais mulheres têm se sentido encorajadas a denunciar casos de violência, mas ainda é preciso fortalecer as políticas públicas de atendimento às vítimas.

De acordo com a delegada, os tipos mais comuns são as violências psicológicas cometidas por meio de ameaças e injúria. "Muitas vezes, a mulher que está no relacionamento não identifica que está vivendo situações de violência. Ela acredita que aquela manipulação, aquelas humilhações são naturais e fazem parte da relação. Mas não é assim. Por isso é tão importante que a vítima identifique que está em situação de violência para que a gente comece a reverter esse caso", informa.

Intervenção

Ainda segundo a delegada, não é apenas a polícia que pode intervir nos casos de violência contra a mulher. Atualmente, em São Luís, existe uma rede articulada de atendimento institucional, a Rede Amiga da Mulher, que reúne vários organismos, como a Delegacia da Mulher, Casa Abrigo, Defensoria Pública, Judiciário, Ministério Público Estadual, Hospital Clementino Moura (Socorrão II), Centro de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência, entre outros.

"Qualquer outra instituição desta rede pode começar esse atendimento. Muitas vezes, a mulher não



Flora Dolores

Casos de violência contra a mulher devem ser denunciados na DEM ou pelo 180, um canal direto

“Toda mulher está suscetível a sofrer violência porque a nossa sociedade é machista, é patriarcal. O problema da violência da mulher é uma questão cultural. Não se pode esperar que ela mude apenas por causa de uma lei”

KAZUMI TANAKA, coordenadora das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher do Maranhão

quer procurar a polícia porque isso dá a ideia de processo na Justiça e nem sempre é isso o que elas querem. As vítimas muitas vezes querem que o agressor mude seu comportamento, e em muitos casos elas sequer conseguem acessar o serviço de proteção porque elas estão deprimidas, muito machucadas emocionalmente por causa do ciclo de violência a que estão submetidas. Esse atendimento multidisciplinar ajuda a dar à mulher o fortalecimento necessário para que ela identifique que está em um relacionamen-

to abusivo e se libertar desta violência”, destaca Kazumi Tanaka.

Em muitos crimes, só a denúncia da mulher pode dar início ao atendimento jurídico necessário para a punição do agressor. “Os crimes de estupro e violência doméstica não têm testemunha. São apenas a vítima e o agressor. Então, não há testemunhas dessas agressões. A palavra da vítima nestas situações é muito relevante e vai se juntar às provas judiciais, sendo fundamental para a decisão da Justiça. Mas, independentemente de qualquer coi-

sa, precisamos da colaboração da vítima”, afirma.

Fortalecimento

Kazumi Tanaka frisa que a violência contra a mulher sempre ocorreu e que as ocorrências registradas na DEM se mantêm em um patamar muito próximo ano após ano, mas agora há um grande estímulo para que haja a denúncia. “Com essa cultura de identificação dos relacionamentos abusivos, violentos, as mulheres estão procurando mais ajuda, têm conversado mais entre si, buscando mais informações e denunciando estes casos com mais frequência”, diz.

Por isso, ela acredita que é preciso fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. “Vamos mudar esse quadro à medida que as políticas forem fortalecidas, fazendo com que a mulher identifique as situações de violência e acreditem que suas denúncias serão levadas a sério e com respeito, elas serão estimuladas a se libertar dessa situação”. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017 Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Funcionário de prefeitura é preso por empréstimos fraudulentos

NELSON MELO

A Delegacia de Polícia Civil de Coroatá, que tem como titular o delegado Cláudio Mendes, efetuou a captura de Huez Ricardo Santos Trindades, de 32 anos, funcionário da Prefeitura da referida cidade, na noite de segunda-feira (17). Em seu desfavor, havia um mandado de prisão preventiva referente ao crime de estelionato, pois ele enganava idosos com empréstimos fraudulentos.

Mendes narrou que contra o funcionário municipal havia muitas denúncias de suas vítimas, e, por conta disto, um inquérito policial foi instaurado para averiguar a situação. Conforme as investigações indicaram, Huez Ricardo possui uma empresa de empréstimos, e, por meio deste empreendimento, se aproveitava da falta de instrução de pessoas idosas para ludibriá-las nessas negociações fraudulentas, visitando, ainda, a casa desses idosos, que eram persuadidos pelo criminoso e assinavam documentos. Ele realizava empréstimos feitos nas contas bancárias dessas pessoas, de acordo com o delegado. Inclusive, o funcionário da Prefeitura teria enganado até um idoso de 97 anos que é deficiente visual. Devido à investigação, um mandado de prisão preventiva foi solicitado pelo delegado Cláudio, tendo sido decretado pela 2ª Vara da Comarca de Coroatá. Os empréstimos, como frisou Mendes, variavam de R\$ 5 mil a R\$ 11 mil. Esses valores altos não eram repassados às vítimas.

Em um dos golpes, o empresário atacou uma idosa no Banco Bradesco, realizando um empréstimo em nome da aposentada Esmeraldina Marques da Silva, 60, aproveitando-se da falta de conhecimento da vítima



Divulgação/PC

Huez Ricardo teve prisão preventiva decretada por aplicar golpes em idosos

em operar caixa eletrônico de autoatendimento, tendo transferido o dinheiro para outra conta. O suspeito teria realizado a mesma operação financeira com Francisca de Araújo Pereira, 97; Antônio Firmino da Costa, 72, e Maria Raimunda Lima, 59, que é cega.

O MANDADO DE PRISÃO

O documento judicial foi decretado pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara da Comarca de Coroatá. O mandado de prisão foi expedido com base nos relatos da Delegacia de Polícia Civil de Coroatá e nos depoimentos das vítimas. "O requerido", frisou o magistrado, "é suspeito de cometer estelionato de forma reiterada contra idosos que vivem somente do benefício previdenciário, demonstrando assim ter pouca sensibilidade com o próximo, uma vez que as vítimas são pessoas pobres e com pouco grau de instrução".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador-Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19 / 04 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 12	

Jardim Eldorado

PM prende todos os assaltantes que invadiram casa de sub-secretário

Numa operação rápida e eficiente, a Polícia Militar conseguiu prender os cinco assaltantes que invadiram duas casas, por volta das 17h30, no Jardim Eldorado, uma delas do subsecretário de Infraestrutura Adenilson Pontes Rodrigues. Com eles, foram apreendidas duas armas de fogo.

Conforme o major Fontenele, comandante do 8º Batalhão, os assaltantes chegaram em um veículo Peugeot azul e entraram primeiro numa residência nos fundos da casa do subsecretário Adenilson. E estavam praticando o assalto, quando a polícia, informada do crime em

andamento, chegou ao local de surpresa. Ainda segundo o comandante, diante da chegada da Polícia, eles, então, pularam o muro para a casa vizinha, do subsecretário, onde estavam a esposa de Adenilson e os filhos. Percebendo a presença dos assaltantes, mãe e filhos se trancaram no banheiro. A polícia fez o cerco, houve troca de tiros, um dos cinco assaltantes foi baleado, e todos eles acabaram presos; três dentro da casa do subsecretário e os outros dois já em fuga, dentro do mato.

Os assaltantes não chegaram a fazer reféns nem

conseguiram roubar nada, segundo apurou a equipe do **Jornal Pequeno**.

Após serem presos, de acordo com o major Fontenele, os assaltantes foram levados para o Hospital Municipal Djalma Marques, o Socorrão 1, para que o ferido fosse medicado e depois todos seriam conduzidos para a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), no Bairro de Fátima. Entre os criminosos, dois eram adolescentes. Até o fechamento desta edição, a Polícia Militar ainda não havia identificado os assaltantes.

(COM INFORMAÇÕES DO BLOG O INFORMANTE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	VIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 04 / 2017	Página	4
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Quatro vítimas na BR-135

Pregadores morrem após uma colisão frontal na BR-135. Outras duas pessoas ficaram feridas. Os dois veículos envolvidos na colisão sofreram sérias avarias

ESAU ARAÚJO

Uma colisão entre um caminhão e um Ford Fiesta resultou em duas mortes na BR-135, na noite dessa segunda-feira (17). As vítimas foram identificadas como Geraldo Lemos de Lima, de 56 anos, e Israel Silvestre Sousa, de 32 anos. O acidente aconteceu próximo à cidade de São Mateus. Ambos eram pastores evangélicos e vinham de uma missão do município de Baixa Grande do Ribeiro, no estado do Piauí.

Outras duas pessoas também ficaram feridas: o condutor do Fiesta, Jociel Costa de Almeida, que, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), está internado no hospital regional de Peritoró. Seu estado é grave. Também o condutor do caminhão Luciano Amaral sofreu ferimentos leves.

A PRF informou também que o caminhão trafegava na altura do Km 183 da BR-135, quando, ao tentar desviar de um buraco, teria entrado para a contramão de direção e co-



O carro de passeio ficou completamente destruído na colisão com o caminhão, que sofreu pequenas avarias

lidido frontalmente com o veículo de passeio. Os pastores ficaram presos nas ferragens e os corpos foram retirados pela equipe de bombeiros.

Segundo Antônio Noberto, inspetor da PRF, cobranças estão

sendo feitas ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) diariamente para a reparação na BR-135. Segundo ele, nesse período de chuvas, as estradas ficam mais vulneráveis ao surgimento de

buracos. "A maioria das vezes, os pedidos repassados ao órgão são atendidos prontamente, mas quando se trata de recuperação de um longo trecho a demora é maior por conta da burocracia", disse Noberto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	19/04/2017 Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bira pede prioridade na investigação dos assassinatos do líder quilombola e de vereador de Anajatuba

O deputado estadual Bira do Pindaré (PSB) subiu à tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão, ontem (18), para solicitar à Secretaria de Estado da Segurança Pública empenho e celeridade na investigação do assassinato do líder quilombola Raimundo Silva (57) - mais conhecido como 'Umbico'; e também do vereador de Anajatuba, Miguel Sampaio Soares, o 'Miguel do Gogó'. Liderança do Quilombo Charco,

no município de São Vicente Ferrer, Raimundo Silva é a segunda vítima de assassinato envolvendo luta por terras, de acordo com informações do parlamentar. A primeira foi em 2010, quando assassinaram o também líder quilombola Flaviano Pinto Neto. "Peço ao secretário Jefferson Portela uma priorização na investigação desse caso pois se trata notadamente de um caso de pistolagem, no qual uma pessoa

foi executada. É preciso que haja um empenho redobrado nas investigações a fim de identificar os autores do crime para que haja a punição necessária e que outros crimes dessa natureza não aconteçam no Estado do Maranhão", reforçou. O parlamentar lembrou que o direito das comunidades quilombolas é assegurado desde a Constituição de 88, mas que até hoje não saiu do papel. "Não podemos afirmar

categoricamente que esta execução está associada ao conflito, mas é preciso que a polícia investigue e responda à sociedade o que realmente aconteceu."

Bira ainda tratou do assassinato do vereador de Anajatuba, Miguel Gogó, que, para o parlamentar, também tem características de execução e merece que toda atenção seja dada no sentido de solucionar o caso.